

Governo pede mais prazo para renegociar a dívida

27 MAI 1993

EXT

O Brasil pediu ontem aos bancos credores privados que renegociam a dívida pública de 36 bilhões de dólares que seja prorrogado de 31 de julho para 30 de novembro o prazo final para que o Governo brasileiro emita os bônus que vão substituir os títulos da dívida. O negociador da dívida externa, Pedro Malan, explicou que ainda há um processo burocrático demorado no processo. A possibilidade de prorrogação está prevista no acordo preliminar firmado com os bancos credores em julho do ano passado.

Ontem o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, enviou telex ao Comitê de Bancos Credores solicitando o adiamento. Tanto o ministro quanto o Comitê informaram ontem que chegaram a um entendimento quanto aos parâmetros para o reequilíbrio das opções de bônus selecionadas pelos credores. O Brasil ofereceu seis tipos de bônus, mas os bancos se concentraram pesadamente no bônus ao par (troca simples de papéis, mas juros limitados a seis por cento ao ano) e no bônus com desconto (juros flutuantes, mas na troca há um desconto de 35 por cento).

O Brasil exigiu, então, que modificassem suas opções, para que haja um máximo de 40 por cento

CORREIO BRAZILENSE

de bônus ao par de 35 por cento de bônus com desconto. O anúncio de entendimento feito ontem significa que os bancos concordaram com a mudança. No final, caso ainda não se tenha atingido os percentuais de interesse do Brasil, a diferença será rateada entre os 700 bancos credores.

O negociador Pedro Malan disse que o adiamento não se deve ao atraso na negociação de um programa econômico com o FMI, exigência dos banqueiros para assinar a renegociação. "Só para analisar agora juridicamente os contratos básicos a serem assinados com os bancos o Governo vai demorar uns dois meses."

A equipe do ministro da Fazenda tentará acelerar nos próximos dias o detalhamento do Plano de Ação do Governo, para se conseguir equilíbrio operacional nas contas públicas. Esse detalhamento será apresentado a uma equipe negociadora do FMI, que virá ao Brasil em junho. O Brasil tem um acordo em suspensão com o FMI, para o qual deverá "perdão" por não ter cumprido suas metas. A seguir, será acertada uma nova carta de intenções, com novas metas econômicas, o que dará ao País direito de voltar a receber financiamento do FMI.